

OTAVINHO: "O MERCADO DITA A ÉTICA"

IMPRENSA

feeling [fi ling]
sensação: sent

Editorial

Ano XI Nº 120 SETEMBRO 97

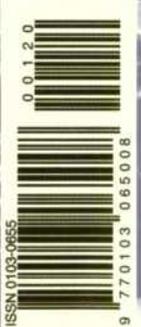
O JORNALISMO DA COMUNICAÇÃO

R\$ 4,00

10 ANOS

EDIÇÃO ESPECIAL

**Os dez fatos da década
As dez melhores fotos
Os dez melhores cartuns**





especial

DEZ ANOS, DOIS TEMAS



*Corrupção e inflação,
filões imbatíveis
no jornalismo brasileiro*

por Sinval de Itacarambi Leão

Recapitular os últimos dez anos da vida brasileira por meio das páginas da revista IMPRENSA é um exercício fascinante e instrutivo. Fascinante porque mostra como podem ser vertiginosas as mudanças que se incorporam ao dia-a-dia das pessoas sem que elas cheguem a se dar conta. Como a informatização na comunicação, por exemplo. E instrutivo por comprovar que, em muitas questões fundamentais, como diriam os franceses, *plus ça change, plus c'est la même chose*. É o que acontece, no caso da corrupção, tão renitente no regime democrático que vivemos hoje como no tempo em que era acobertada pela ditadura.

A corrupção é uma das duas grandes vertentes que têm permeado o jornalismo brasileiro ao longo dos dez anos da revista. A outra é a desordem econômica, consubstanciada na inflação, finalmente debelada, nos últimos três anos. Espera-se que de forma duradoura. A essas duas vertentes, a revista veio acrescentar uma terceira: a avaliação do trabalho da imprensa, sobretudo no aspecto ético, em face dos grandes temas trazidos ao debate público.

IMPRENSA nasceu no primeiro governo civil ao fim de 30 anos de ditadura militar. Não poderia ter nascido antes: é absolutamente descabida a existência de um órgão de avaliação crítica de uma imprensa mantida sob censura, como era o caso.

Jornalismo pobre

A imprensa que emergiu desse período de trevas estava capitalizada, materialmente equipada, mas fora de forma do ponto de vista da investigação jornalística e mesmo da concorrência. Nada mais natural, quando se sabe que em regimes fechados, ao contrário do que costuma ocorrer nos regimes democráticos, os mecanismos que levam ao sucesso nem sempre são os ligados à competência.

Compreensível, portanto, que a primeira edição de nossa revista, de setembro de 87, constatasse, com base numa pesquisa Gallup, a medíocre credibilidade da imprensa diante da opinião pública dos grandes centros urbanos.

Aferida ora em relação a diferentes meios de comunicação, ora em relação a profissio-

nais do setor, a credibilidade da imensa tem sido um dos temas periodicamente abordados pela revista. Descontados alguns altos e baixos, quase sempre com resultados pouco auspiciosos.

Quanto às mudanças vertiginosas ocorridas ao longo dos dez anos de IMPRENSA, um bom exemplo está na terceira edição da revista, de outubro de 87, numa reportagem que se deslumbra com o silêncio na redação de *O Globo*, que acabava de substituir por computadores as barulhentas máquinas de escrever.

Onde encontrar, hoje, uma redação que ainda não esteja informatizada?

E quem imaginaria, há poucos dez anos, um instrumento de trabalho como a Internet à disposição dos jornalistas?

Ou melhor, à disposição de qualquer pessoa com um micro e uma linha telefônica, facilidade que na opinião de alguns chega a ser uma ameaça ao futuro de algumas mídias convencionais, como o jornal impresso, por exemplo.

Voltando às grandes vertentes do jornalismo ao longo destes anos, não faltam exemplos da ênfase sistemática aos temas econômicos, sobretudo os ligados ao descontrole da inflação e suas conseqüências. Ainda em seu primeiro ano de existência, entre os dois Planos Cruzados de Sarney, IMPRENSA, a revista, destacava em

materia de capa o peso desmedido alcançado pelo jornalismo econômico.

Na reportagem interna, *Inflação de desgraças*, a revista apontava o jornalismo econômico como recordista absoluto de manchetes, res-



saltando que, entre as estrelas do noticiário, o então ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, só perdia em assiduidade para o presidente Sarney.

A reportagem salienta que as manchetes falavam de uma economia com mais de 20% de inflação mensal, que o país possuía a maior dívida externa do mundo, de salários corroídos e de corrupção generalizada na máquina administrativa. Como se nota, aí se cruzam as vertentes da inflação e da corrupção.

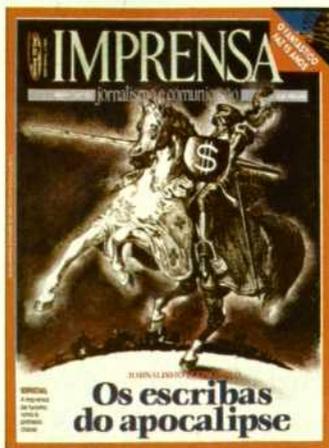
E, como se sabe, nos dois casos, dias piores viriam. Principalmente no governo seguinte, de Fernando Collor de Mello.

Logo no dia seguinte à posse de Collor, o pacote econômico alinhavado pela ministra Zélia provocou um efeito arrasa-quarteirão em todos que tinham reservas em contas correntes, de poupança ou aplicações no mercado financeiro. De grandes investidores a humildes aposentados, não escapou ninguém.

Mas contra a inflação valia tudo, ou quase tudo, como reconheciam os especialistas convocados por IMPRENSA para avaliar o Plano Collor.

Bons tempos aqueles em que era a vertente econômica que levava Collor às manchetes. Não demorou muito para que a vertente da corrupção prevalecesse.

Em junho de 1991, bem antes de Pedro Collor detonar o irmão presidente, em *Veja*, e de o motorista Eriberto revelar em *IstoÉ* detalhes do esquema de trambiques ligado a PC Farias, era a nossa modesta IMPRENSA quem já apontava algo de podre no reino da Dinamarca.



Na reportagem *O país devastado pelo cinismo*, nosso colaborador Gilberto Dimenstein reproduzia o comentário, corrente nos meios políticos de Brasília, de que PC Farias, para adaptar-se ao “estilo soft” anunciado pelo presidente, passaria a cobrar apenas 18% de comissão para intermediar negócios com o governo.

Dimenstein acrescentava: “Não há dia em que a imprensa não se refira a uma suspeita de golpe, a um golpe realizado ou frustrado em todas as esferas da administração pública. A corrupção é vista, dentro da ótica acomodada e cínica, como algo tão brasileiro como o samba, o Corcovado ou o acarajé. Irremovíveis”.

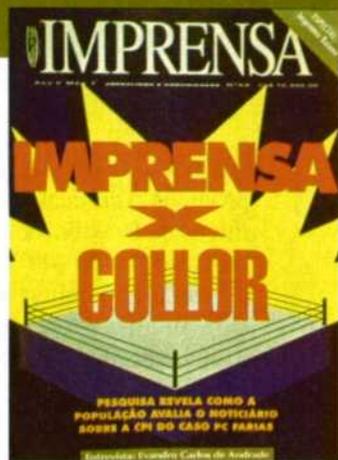
Já na edição seguinte, IMPRENSA voltava à carga, com a reportagem *Mar de lama 2*, mostrando o processo de dilapidação do país, ao longo da história, por obra da corrupção.

A matéria, assinada por Rubem Azevedo Lima, contabiliza, desde o fim do Estado Novo, nada menos de 311 CPIs, que investigaram atos de corrupção administrativa, aplicação irregular de verbas públicas, contrabando, fraudes fiscais, fraudes cambiais, abuso de poder econômico e político etc. etc. Uma única pessoa foi presa em consequência das investigações parlamentares: o jornalista Samuel Wainer, acusado, então, de haver obtido empréstimo favorecido do Banco do Brasil. A prisão de Wainer, porém, foi decidida porque ele, perante a CPI, se declarou brasileiro nato, quando era natural da Bessarábia.

Zebra absoluta em relação ao retrospecto, a CPI aberta para examinar os rolos de PC Farias foi fundo. Graças, sobretudo, à pressão da imprensa, empenhada como nunca num esforço de investigação jornalística. E com respaldo da população, como comprovava pesquisa feita pelo Ibope para IMPRENSA e que foi tema de sua capa na edição de julho de 92.

Ao longo da história da revista, esse foi um dos melhores momentos da imprensa perante a opinião pública, que na ocasião manifestou alto grau de credibilidade nos veículos de comunicação. Em pleno andamento da CPI so-

bre o caso PC Farias, uma pesquisa feita pelo Ibope para nossa revista encontrava 74% dos entrevistados satisfeitos com a atuação da imprensa no episódio, por mais que o então presidente se queixasse do que chamava de “sindicato do golpe”.



Na edição seguinte, a revista voltava ao assunto, convocando alguns dos mais importantes jornalistas brasileiros a avaliarem o comportamento da imprensa no caso PC.

No mesmo número, IMPRENSA traça um paralelo entre o caso PC e outros episódios não menos dramáticos envolvendo a imprensa, como os que levaram Getúlio ao suicídio e Nixon à renúncia, pondo em debate a responsabilidade dos veículos de comunicação e dos seus profissionais na preservação das instituições democráticas.

Ao lado da campanha das Diretas Já, a cobertura do caso PC foi um dos momentos mais marcantes em toda a história da imprensa brasileira. A queda de Collor foi em grande parte consequência imediata do jornalismo de investigação.

Tais momentos de glória, no entanto, acabaram dando a uma parte dos profissionais do setor certa sensação de onipotência, e o jornalismo investigativo acabou resvalando para um denunciamento que beirava a irresponsabilidade.

Certamente, informar é também denunciar, se a denúncia é procedente e de interesse público. Mas, como observava Mauro Santayanna na própria revista IMPRENSA, alguns jornalistas passaram a reunir em suas atividades profissionais o zelo moralista de Catão e o cacoete investigatório de Sherlock Holmes. E Santayanna acrescentava:

“O jornalista precisa ter plena consciên-

cia do poder de que é investido. Antes de entusiasmar-se com a matéria, convém um pouco de medo. Se vamos entrar no sagrado terreno da honra alheia, só poderemos justificar essa incursão em nome de uma honra maior, que é a honra pública”.

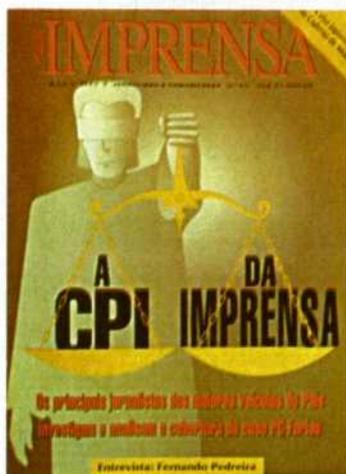
Por certo não estava em jogo honra pública alguma quando a imprensa mergulhou de cabeça no caso da Escola Base de São Paulo, embarcando na versão policial que acusava de abusos sexuais contra crianças um grupo de pessoas contra as quais nunca se comprovou nada. O episódio se tornou emblemático a partir de uma reportagem de capa de nossa revista.



A reportagem, revelando como foi destruída de maneira irrecuperável a vida daquelas pessoas, acabou valendo para a revista um Prêmio Esso de contribuição ao jornalismo e um Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos, particularmente expressivo porque concedido pelo próprio Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Em outras ocasiões a revista voltaria a abordar a prepotência dos jornalistas, como na edição de janeiro de 95.

A reportagem, com base num estudo do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), revelava como os jornalistas se mostram dispostos a desrespeitar direitos alheios e a burlar princípios éticos para obter informações.



Varição em torno do mesmo tema, a reportagem de capa da edição de novembro de 95 mostrava como, em escala crescente, as vítimas de denúncias da imprensa ganhavam indenizações na Justiça.

Pouco mais de três anos atrás, ainda no governo Itamar Franco, sendo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, nascia o Plano Real, destinado, como incontáveis planos econômicos anteriores, a acabar com a inflação.

A diferença é que esse deu certo.

Ou tem dado, pelo menos. Em três anos, milhões de brasileiros transpuseram a linha da pobreza, transformando-se em consumidores. Os salários tiveram um crescimento real da ordem de 30% e a inflação recuou de inacreditáveis 5.000% anuais para algo em torno de 7% ao ano.

Os jornais e revistas, que haviam criado páginas e páginas, além de suplementos semanais e cadernos especiais, só para ajudar o leitor a proteger suas economias, perderam de repente um de seus principais motes. A vertente da inflação secava dia a dia.

Deslumbrada com o sucesso do Real, contudo, a mídia parou de prestar atenção nos problemas econômicos que persistiam, como a falta de providências para equilibrar as finanças públicas e o crescente desemprego. Deixou de sensibilizar-se, também, com a inércia diante dos graves problemas sociais no país. Era esse o panorama descrito pela revista IMPRENSA em sua edição de fevereiro de 1996.

A reportagem revelava como os resultados da estabilização econômica, conjugados com o charme pessoal do presidente, haviam desarmado as oposições à direita e à esquerda do governo, levando nessa onda a quase totalidade da imprensa brasileira.

Na edição seguinte, março de 96, a revis-



ta retomava o assunto, em reportagem de capa sobre os rumos do governo Fernando Henrique Cardoso.

A pergunta da capa de IMPRENSA n°. 102 foi encaminhada a editores e diretores de redação, muitos deles apontados pelos próprios donos dos veículos de comunicação como excessivamente benevolentes com o governo.

A enquete não trouxe muitas respostas definitivamente esclarecedoras. Hoje, sabemos que ele pretende nos levar, no mínimo, a um

novo período de governo sob seu comando. Tendo como maior credencial justamente o plano econômico que esgotou temporariamente o veio da inflação.

Quanto à outra vertente, depois dos escândalos envolvendo os integrantes da chamada República de Alagoas, tivemos o escândalo dos anões



do Orçamento, o caso da pasta rosa (sobre financiamento de campanhas eleitorais), o caso Sivam, o escândalo dos precatórios, o escândalo da compra e venda de votos para aprovação da emenda da reeleição... Sobrou até para o PT, tão acostumado a ser estilingue e que viveu seus dias de vidraça a partir das acusações de um próprio militante, Paulo de Tarso

Venceslau, contra o principal líder do partido, Lula. E, envolvido no escândalo das arbitragens, não se salvou nem o melhor futebol do mundo, aparentemente tão bom dentro de campo quanto avacalhado fora dele.

Para gáudio e prosperidade da imprensa brasileira, essa outra vertente — a da corrupção — parece realmente inesgotável.